

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS Curitiba-PR - Brasil

“ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO”: RELAÇÕES DE PODER COTIDIANAS SOBRE AS QUAIS ELAS JÁ DISSERAM, E NÓS VAMOS DIZER MAIS. E AGORA?

Juliana Cristina Teixeira (Universidade Federal de São João del-Rei) - julianacteixeira@yahoo.com.br
Doutora em Administração (CEPEAD/UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS / UFMG. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del-Rei (DECAC/UFSJ).

Caroline Rodrigues Silva (Universidade Federal do Espírito Santo) - caroline_rodrigues@hotmail.com
Mestranda na área de Administração na Universidade Federal do Espírito Santo. Área de estudos organizacionais, com foco em identidades de gênero, raças, etnias, sexualidades, diferenças, poder e vida social organizada.

Juliana Schneider Mesquita (Universidade Federal de São João del-Rei) - juuu_schneider@hotmail.com
Graduada em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei. Pesquisas na área de Estudos Organizacionais: identidades e relações de poder de gênero, raça e classe sob as perspectivas pós-estruturalista e interseccional; vida social organizada

Adriana Vinholi Rampazo (Universidade Estadual de Londrina) - arampazo@icloud.com
Professora na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA/UEL). Doutora em Administração pela FEA-USP.

Prólogo

Mulher, professora e pesquisadora, o reflexo do “futuro garantido” de beleza na área acadêmica em Administração, 1:

Curitiba, maio de 2003,

“A participação nesse congresso foi inaugural em muitos pontos para mim. Primeiro artigo aprovado em um congresso de Pós-Graduação em Administração, detalhe, eu era aluna da graduação. O artigo era resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica. Primeira vez que participaria desse *locus* intelectual, primeira vez que atravessaria as fronteiras do estado em que morava e, melhor, de avião. Sim, primeira viagem de avião. E todas essas experiências realizadas de modo solo. Um desafio que de modo algum pode ser realizado sem temores. Muitos foram os preparativos psíquicos e físicos para o momento de debutar na [área] acadêmica administrativa. Perdi a conta de quantas vezes revi a apresentação, de quantas perguntas elaborei mentalmente que poderiam ser a mim remetidas. Reli os livros que haviam sido base para a construção do artigo. Como se diz, tudo estava na ponta da língua. Não sei também quantas roupas provei até decidir aquela que estaria digna para a ocasião e que cabia no orçamento de bolsista. Como futura administradora, caprichei no estereótipo e fiz uso de todas as dicas dos manuais de boa conduta para estar bem vestida numa seleção de emprego: terninho básico, salto não muito alto e maquiagem discreta. Não, eu não chamava a atenção, reconheço inclusive que naquela época eu seria capaz de fazer algum comentário não muito positivo se observasse alguma mulher com o corpo muito exposto em um evento acadêmico, afinal, o que havia aprendido até então está exposto naqueles manuais (ainda bem que somos humanos e temos a possibilidade de superar nossos preconceitos).

O medo de estar em um ambiente totalmente novo só é compensado pela descoberta do novo. Sido treinada pela prática etnográfica, meu olhar era atento. Lembro claramente dos corredores suntuosos do hotel e de encontrar nos elevadores - em carne e osso - aqueles que até então eram apenas sobrenomes de ideias expostas em papéis. O que os tornavam, por si só, pessoas a admirar aos olhos de uma graduanda que almeja ser um dia uma intelectual na área. Imagina então, quando, além de ser sobrenome em artigos, você é também parte da cúpula que tudo coordena. Sim, a direção da Anpad é um lugar em que poucos de nós estaremos, ainda mais se formos mulheres e considerarmos o histórico da cadeira presidencial. Imaginem então o quanto fiquei apreensiva quando, horas antes da minha apresentação, descobri que a sessão seria coordenada pelo então presidente da Anpad. Tremia! Quando começou a sessão, usei de uma técnica que uso até hoje quando estou nervosa em alguma apresentação: desenhei um círculo imaginário no chão, finquei o pé e desatei a falar, como se dentro de uma redoma de vidro estivesse. Após os vinte minutos de apresentação, que na época pareciam ter sido os vinte minutos mais demorados da minha vida, me preparei para o momento do debate. Com papel e caneta na mão, esperei as ponderações do coordenador da sessão que falaria sobre meu trabalho antes de abrir a palavra para a audiência. Depois de comentar cada um dos trabalhos expostos antes do meu, comentários que falavam da estrutura do texto, do conteúdo e fazia indagações; o coordenador da sessão olha para mim e diz algo mais ou menos assim: ‘o que falar do trabalho dela? Ouvindo sua apresentação, só consegui pensar que o futuro da Anpad está belamente garantido. A cadeira um dia será usada por essa bela graduanda. Ah, claro, e muito inteligente, pois não é fácil ter textos de graduação em um congresso de pós-graduação’. E, em um gesto de quase complacência, ele não me faz nenhuma pergunta, afinal, eu não deveria estar preparada para responder questões que extrapolavam o expresso no texto. Confesso que a vontade que tive no momento foi indagá-lo: ‘se beleza é pré-requisito, como foste eleito?’, mas calei-me. Afinal, ele era o homem, pós-graduado e dono da cadeira, ele estava autorizado a fazer, o que todos diriam, depois, um elogio em tom de brincadeira a minha pessoa. E o mais interessante, as falas de alguns colegas depois de saberem do ocorrido pareciam indicar que eu deveria me sentir mesmo lisonjeada com as palavras dele. E, tenho certeza que, se eu estivesse com uma vestimenta diferente daquela vestimenta (calça, blazer, salto baixo, cabelo preso e pouca

pintura), ainda ouviria dizer que minha produção teria retirado dele a capacidade de atenção. Não é isso que alguns professores dizem quando as estudantes comparecem às aulas usando saia? Debutei na Anpad e tive minha primeira lição: nós mulheres não somos ouvidas, mas vistas. Lição que se repetiu dez anos depois. Em outro evento, agora da área de Estudos Organizacionais. Neste, eu já era professora, doutora, não renomada, é claro, mas já circulava tempo o suficiente nos bastidores das sociedades acadêmicas para algumas pessoas saberem quem eu sou. Após o término de uma sessão, um grande grupo de pessoas resolveu sair para jantar. Antes de nos encontrarmos no restaurante, resolvi passar no hotel para deixar as coisas do evento que estava sendo realizado em outro local. Um professor, doutor, bastante conhecido em nosso meio, resolveu fazer o mesmo e, fomos caminhando do local do evento ao hotel. No trajeto, a declaração mais ou menos nessas palavras: ‘não fica emocionada, não. Eu estou apenas te acompanhando. Teu biótipo não faz meu estilo’. Mas, desta vez, eu não calei e nem poderia, pois eu não estava ali para ser um objeto de desejo ou não desejo e respondi mais ou menos assim: ‘preocupe-se não, sua falta de inteligência não faz meu estilo’. O que me foi retrucado: ‘Nossa, que grossura. Era só uma brincadeira’. E a lição permanece: de brincadeiras em brincadeiras, seguimos sendo apenas vistas, não ouvidas!”

Mulher, professora e pesquisadora, auto processo de redução a objeto ao denunciar assédio, 2:

São Paulo, outubro de 2018, nem vulgar, e nem feia.

“Entro na sala na qual eu iria apresentar um artigo falando sobre assédio sexual no contexto acadêmico em Administração num congresso brasileiro da área. Nele, eu havia escrito um depoimento pessoal acerca de uma situação de assédio que vivenciei na edição anterior do evento. Naquele momento, eu iria ler meu depoimento, já que ele estava no interior do artigo que eu e uma parceira de pesquisa escrevemos.

Minha escolha de roupa para ir apresentar o trabalho foi permeada pelo temor de parecer o que se entende, socialmente, por vulgar demais, já que eu iria apresentar com uma saia e, então, decidi fazer uso de uma meia calça preta pra que minhas pernas não ficassem expostas. Ainda assim, fiquei com receio de que pensassem: ‘mas, também, com essa roupa, ela quer o quê?’. O perverso era que minha roupa nada tinha de reveladora, ou de exacerbação da disciplina de ocultação de um corpo feminino que, segundo Trethewey (1999), tende a ‘transbordar’ e, portanto, exige maiores investimentos e orientações de ocultação para se tornar um corpo profissional, já que foi historicamente objetificado.

Voltando ao momento da apresentação, que nervoso era encarar aquelas pessoas que, se anumeravam nas cadeiras, sozinha. Temor. Medo de não receber empatia.

Medo encerrado a respeito do julgamento da roupa? Não, ele estava ali ainda. Mas, não só ele. Sabe o que eu ficava pensando enquanto me apresentava, aparentemente totalmente segura de mim pela coragem em estar falando de um assunto tão polêmico e, ainda, trazendo meu depoimento pessoal nele? Falar de assédio já é difícil. Utilizando seu próprio viés entre alguns cientistas que clamam, ainda, por uma suposta possibilidade de neutralidade axiológica, mais difícil ainda.

Sabe qual o outro medo que surgia? De que a estética, no sentido de juízo estético, me colocasse no padrão de julgamento de mulheres que não teriam ‘capacidade’ (sim, uma ironia) de serem assediadas. Sim, eu me lembrei, naquele momento, do Danilo Gentilli, que disse que as mulheres feias deveriam agradecer por serem estupradas.

Peraí, mas não era eu, que havia sempre problematizado falas como essas e que era estudiosa de gênero? Por que este temor? Não sou eu que falo da importância da nossa independência de julgamentos estéticos sobre o que seria, ou não, o belo?

Sabe o que é? É difícil se livrar dos danos psicológicos de anos de sujeição do corpo feminino.

Fim da apresentação. Retorno muito positivo. Um ufa interno importante. Mas os medos? Permanecem”.

Mulheres sujeitos e objetos, e academia (Introdução)

Em 2017, pela primeira vez um artigo abordou explicitamente o assédio sexual como prática contextualizada na academia brasileira em Administração (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017), embora já tenhamos trabalhos neste campo de pesquisas que problematizem o tema tendo como contexto as empresas (OLETO *et. al.* 2017a; 2017b); além de já possuímos, historicamente, trabalhos que versem sobre outro tipo de assédio: o moral nas organizações (HELOANI, 2004); e o moral nas universidades (NUNES; TOLVO, 2015). Além disso, temos o de Freitas (2001), que tratou a respeito de ambos os tipos de assédio no contexto das organizações. Este artigo se localiza, inserido nessa discussão, na intenção de ampliar o debate, fazendo uma provocação a este campo de educação e de pesquisas no que se refere à ruptura de um ciclo de silenciamentos que acaba se tornando institucionalizado. Por isso, iniciamos nossa interlocução a partir do questionamento, nos remetendo ao trabalho supracitado: “assédio sexual no contexto acadêmico da Administração”: elas disseram, nós vamos dizer mais, e agora?”.

O objetivo do artigo é, então, **analisar as características e condições sociais de produção de casos de assédio sexual ocorridos no contexto acadêmico brasileiro de Administração e suas vinculações a gênero como dispositivo socialmente construído de poder que tende a assujeitar corpos femininos**. Um objetivo secundário, mas não menos importante, pois de caráter mais político, se refere a incentivar o debate pró-ativo sobre assédio sexual por parte dos programas de pós-graduação em Administração brasileiros, assim como das próprias instituições promotoras de eventos acadêmicos, que se tornam espaços não só de troca de conhecimentos, mas também de socializações nas quais dispositivos de poder ainda classificam mulheres como objetos.

Entendemos como assédio sexual, neste artigo, práticas de investimento sexual e/ou corporal e/ou afetivo implícito e/ou explícito que envolvam um não consentimento por parte do outro; além de uma pré construção discursiva do outro como objeto, mesmo antes da interação propriamente dita que permita a averiguação de consentimento, ou não. Extrapolamos, também, o sentido de assédio sexual que possa ocorrer somente em uma relação hierárquica, embora reconheçamos a importância que a dimensão de possibilidade de exercício de poder traga para essa prática; ampliando, assim como as autoras supracitadas, o sentido, inclusive, para práticas contextualizadas não somente em espaços organizacionais, mas em quaisquer espaços sociais. Ademais, consideramos as possibilidades de assédio entre pares e, também, de modo ativo, de um subordinado para seu superior.

Como já dito, nosso foco é o âmbito acadêmico. Para isso, entrevistamos mulheres que são estudantes de programas de pós-graduações em Administração no Brasil; que já atuam, ou não, como docentes, tendo uma única entrevistada estudante de graduação em Administração, mas que sofreu assédio em um evento de pós-graduação deste campo de conhecimento, ou seja, em um espaço produzido pelas pós-graduações. O estudo é qualitativo e tem como aporte teórico gênero como dispositivo de poder;

assim como os desenvolvimentos teóricos já publicados a respeito de assédio sexual em contextos especificamente acadêmicos.

Nosso estudo pretende contribuir para este campo de pesquisas ao trazer um tema pouco explorado de modo explícito no mesmo, contribuindo para que se dê vozes a mulheres cujas relações de poder incidem até mesmo sobre suas possibilidades efetivas de romperem com o silêncio acerca de práticas que as confinam, utilizando expressões de Foucault (1992), a corpos úteis. Docilidade, nesse sentido, não é o que se espera com este artigo. Utilidade como objeto que não se quer objeto naquele momento, também não.

Entendemos que a publicidade de práticas de assédio silenciadas, ainda que não estejam, de fato, enfrentando barreiras institucionais, na medida em que se tratam de práticas não oficialmente denunciadas, ou cujos assediadores não tenham sido devidamente punidos, contribui para que se fale sobre o tema, afim de que ele seja organizacional e institucionalmente enfrentado.

Iniciamos o artigo com depoimentos de duas pesquisadoras que colhemos especificamente para estarem neste prólogo, como antecedentes dos discursos e da abordagem que aqui pretendemos. São dois depoimentos com marcações temporais distintas, mas que tratam de um mesmo tema: a objetificação sexual das mulheres e seus efeitos sobre as vivências subjetivas dessas.

Gênero: o dispositivo de poder que assujeita corpos femininos

Gênero como categoria analítica provem sobretudo dos avanços teóricos de Joan Scott (1995), que aprofunda a definição ponderando dois aspectos: 1) gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos; e 2) gênero como uma forma primária de relações significativas de poder. Este caráter duplo da definição marca as vias de acesso no emaranhado conceitual do que se pretende dar conta ao falar de gênero; infere toda uma revelação dos modos de significar-se mutuamente gênero e poder (ADAN, 2006). Não são negadas as diferenças entre os corpos sexuados, mas o que interessa nos estudos de gênero são a maneira como são construídos significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas (SCOTT, 1995).

Incluídos neste segundo aspecto estão as contribuições teóricas de Judith Butler inspiradas pela teoria foucaultiana sobre poder onde desenvolveu suas análises em âmbitos novos como a dimensão emocional, inconsciente, e subjetiva do poder (BUTLER, 1990). A autora aponta tecnologias e dispositivos de gênero como produtores de relações, subjetividades e, inclusive, de sexo e sexualidade; argumentando que, não somente o gênero e a sexualidade são socialmente construídos, mas também o próprio sexo. As sociedades estipulam normas que ordenam e materializam o sexo dos sujeitos, receitando que, para os corpos serem inteligíveis, necessitam de um sexo e de um gênero estáveis (MISKOLCI, 2009). Entretanto, Butler (1990) salienta que os corpos nunca se adequam inteiramente às normas pelas quais sua materialização é compulsória; não auferem o ideal que lhes é imposto. Assim, tais normas são constantemente reiteradas e reconhecidas no esforço de que a materialização desejada se concretize. Essas normas são performativas, exercendo um poder contínuo e renovado de produzir rigorosamente o que se nomeia.

Assim, Butler (1990) propõe o entendimento de um processo de reiteração performativo que produz a heterossexualidade como norma, mas que do mesmo modo produz os corpos que fogem a essa normalização, aos quais ela nomeia de corpos “abjetos”. O abjeto é o sujeito corrompido, o contraponto do normal, a referência necessária para que o normal possa se estabelecer como tal. Quando Butler diz que “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 1990, p. 25), ela refere-se à performatividade, ao poder do discurso de idealizar verdades. Ao conceber o sexo como um dado natural, descarta-se a possibilidade de compreendê-lo enquanto algo gerado socialmente por outra construção social, que é a ciência chamada biologia, condizente com o pensamento hegemônico normalizador.

Assim como Scott e Butler, partimos de uma perspectiva foucaultiana, ao considerar gênero como dispositivo de poder, sinalando sua vertente teórica e analítica. Michel Foucault nunca aprofundou especificamente a subordinação das mulheres ou as fontes de sua subjetivação (HEKMAN, 2004). Entretanto, cremos que em sua obra se brindam ferramentas imprescindíveis para a compreensão das relações de poder, de sua reprodução e de sua transformação. Nesse sentido, a obra foucaultiana tem sido e é uma aliada estratégica do feminismo para a compreensão e os estudos das relações de poder contemporâneas (AMIGOT, 2005).

Gênero como dispositivo de poder desempenha duas operações elementares e inter-relacionadas; por um lado, a produção da própria dicotomia de sexo e das subjetividades vinculadas a ela e, por outro, a produção e sistematização de relações de poder entre homens e mulheres. Tanto homens como mulheres, e a existência mesmo da dicotomia, estão ordenados em redes de poder; todo sujeito está sujeito a seu entrelaço sócio histórico (FOUCAULT, 1992). Ainda que o poder circule por todos os indivíduos, no entanto, o dispositivo de gênero, historicamente, atuou de modo a subordinar as mulheres, algo que em alguns contextos e análises do poder se silencia (CRENSHAW, 1991).

Além disso, é imprescindível não esquecer a heterogeneidade que se dá entre as mulheres e suas diferenças, admitindo um caráter multiforme do poder e a consideração de outros dispositivos como raça, classe, etnia, sexualidade, idade, etc., que interatuam com o gênero formando identidades interseccionais; evitando uma visão homogeneizadora das mulheres, que é por sua vez geradora de subalternidades no interior da categoria (BRAH, 2006; YUVAL-DAVIS, 2006).

Assédio Sexual e Academia: dois pontos coincidentes tratados como dissidentes

O conceito e uso de gênero, entendido como construção social do feminino e do masculino, e como categoria de análise das relações de poder entre homens e mulheres, introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para se discutir tal fenômeno social, qual seja, a expressão “violência de gênero”.

A violência possui raízes profundas nas relações de poder relativas a gêneros, sexualidades, identidades e, também, nas instituições sociais, tornando o fenômeno extremamente complexo (HEISE, 1994), e que “em muitas sociedades, o direito [masculino] a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade” (HEISE, 1994, p.48). Abordar a violência exige, portanto, confrontar essas definições de gênero afim de que se viabilize recursos de enfrentamento para as mulheres. A violência de gênero acarreta profundas cicatrizes em suas vítimas, fragilizando e alterando a auto

estima e auto imagem dessas mulheres, Sentindo-se menos seguras do seu valor e dos seus limites pessoais, tornam-se mais propensas a aceitar a violência como sendo parte da sua condição de mulher (HEISE, 1994), perpetuando assim uma cultura de violência que Soihet (2002) denomina de corpo feminino como lugar de violência.

Tendo em vista que a mulher é comumente caracterizada com aspectos da natureza/corpo/emoção, e o homem com da cultura/mente/razão, as mulheres são vistas como uma tentação desviadora do caminho da razão e da moralidade masculina (SEIDLER, 1987). A mulher é tipificada como sedutora, ardilosa, pecadora, responsável pela atração sexual do homem e, portanto, culpada pelo assédio sexual que “ela atrai”. Este ônus da posição discursiva que constrói sujeitos identitários femininos é reforçado pela demarcação do sexo como elemento situado na esfera privada, território feminino definido no contrato sexual (PATEMAN, 1993), não obstante outra forma corriqueira de expressão do caráter ambíguo da identidade sexual feminina seja a afirmação da existência de dois tipos de mulheres: as “da rua” e as “de casa”.

As análises de gênero demonstram que esta percepção da sexualidade como instinto biológico é historicamente aplicada à sexualidade masculina, que é dominante, controladora e violenta, tida como incontrolável (CAULFIELD, 1985). Essa naturalização da necessidade sexual do macho em conquistar e dominar a fêmea resulta na estreita associação entre sexualidade, poder e violência masculinos como um impulso biológico e, portanto, inevitável (JACKSON, 1987). Desse modo, a ideia de que os homens possuem um desejo sexual muito maior e, às vezes, insaciável, é utilizado para legitimar violências (BIRKE, 1986).

Quando falamos de violência de gênero, nos referimos a uma ampla variedade de violências que trazem danos de diferentes dimensões, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, financeiras, patrimoniais ou sociais. Fitzgerald, Swan e Magley (1997) definem assédio sexual como um conjunto de condutas indesejadas de caráter sexual, pertencente ao ambiente laboral, compreendido pela parte assediada como ofensivas, extrapolando seus recursos, sua capacidade de reação e ameaçando o seu bem-estar.

O assédio sexual é, ainda hoje, uma das maiores barreiras ao crescimento profissional das mulheres. Não só porque ocorre nas empresas mais do que temos coragem de assumir, mas também porque é bastante comum nas instituições de ensino superior, obstruindo o desenvolvimento da carreira das mulheres. Faz parte do banalizado cotidiano de micropráticas (CERTEAU, 1998) ligados às experiências femininas em diversos espaços. Apesar disso, temos dificuldades em reconhecer o assédio sexual, uma vez que muitas mulheres ainda não conseguem percebê-lo. Fitzgerald et al. (1988) definem as diferentes formas de assédio como “níveis de assédio sexual”, são eles: 1) observações e comportamentos sexistas; 2) comportamento sedutor; 3) suborno sexual com a promessa de recompensas; 4) coerção sexual por ameaça ou punição; e 5) agressão sexual.

É desta forma que, não utilizando o termo assédio sexual, as autoras fizeram um levantamento em duas universidades, com alunas e profissionais e verificaram que “assédio de gênero” e “comportamento sedutor” são as situações mais experienciadas pelas mulheres. A “coerção sexual” e a “agressão sexual”, situações que no nosso imaginário refletem o assédio sexual, são bem menos frequentes. É fácil entender, portanto, porque poucas mulheres no estudo de Fitzgerald *et al.* (1988), apesar da maior parte delas terem afirmado experiências com os dois primeiros níveis de assédio, afirmarem ter sofrido assédio sexual (5% na Universidade 1, 10% na Universidade 2 e

10% entre as trabalhadoras).

A percepção sobre o assédio sexual é ainda obscura, uma vez que seu conceito está imerso em relações de poder, contribuindo para que as mulheres não tenham a noção de que o sofreram e, assim, não denunciem sua ocorrência. A própria justiça reduz o conceito a condições objetivas, como hierarquia e exercício do trabalho, esquecendo que o assédio sexual é uma experiência ligada às percepções estressantes individuais sendo, portanto, um processo essencialmente psicológico que não encontra amparo legal, como defendem Fitzgerald, Swan e Magley (1997).

Caminhos metodológicos

A pesquisa é qualitativa e a técnica de produção de dados foi a entrevista com roteiro semiestruturado. Trouxemos para este artigo narrativas de seis mulheres vinculadas à academia em Administração. Como ponto comum, as sujeitas de pesquisas produziram artigos e estiveram presentes em eventos acadêmicos. Suas vivências em instituições as classificam como duas docentes doutoras em exercício, três estudantes de doutorado (duas delas tendo experiência em docência), e uma estudante de graduação com trajetória inserida em pesquisa. Além delas, coletamos depoimentos de duas outras docentes e doutoras em Administração, que não foram entrevistadas, mas produziram os textos presentes no Prólogo.

As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de indicações “bola de neve”. Todas as entrevistas foram gravadas com devida autorização das entrevistadas, e o mínimo de informações a respeito das mesmas é fornecido, a fim de que elas pudessem falar abertamente sobre um tema silenciado. Elas foram identificadas com nomes fictícios, e os fragmentos discursivos analisados foram numerados a partir da sigla FD. As entrevistadas são: Cecília, Maria e Sofia, doutorandas em Administração; Beatriz, docente do curso de Administração; Ana, docente do curso de Economia; e Julia, graduanda em Administração.

A abordagem teórico-metodológica utilizada foi a da Análise do Discurso de Linha Francesa, tratando os discursos como produções de sentido, pois a linguagem relaciona os sujeitos e os sentidos entendidos tanto pela língua quanto pelo contexto histórico em que se é produzido e significado (ORLANDI, 1999). Definimos previamente as seguintes categorias: assédios implícitos; assédios explícitos; e instituições e seu papel nos ditos e não ditos sobre os assédios, utilizando assim da proposta de Faria (2009) para a essa abordagem ao trazer a articulação entre elementos ideológicos, históricos e linguísticos analisando textos dentro de um contexto sócio histórico (DIJK, 1997). Dessa forma, acreditamos também na importância para o presente estudo da análise das condições sociais de produção de discurso, as relações entre os explícitos, os implícitos, os silenciamentos e os interdiscursos, sempre contextualizando histórica e ideologicamente os enunciados (SARAIVA, 2009).

“Nós mulheres não somos ouvidas, mas vistas”¹. Está implícito!

¹ No primeiro depoimento do prólogo.

[...] eu lembro que tinha um professor, casado, que sempre falava alguma coisa, sempre jogava uma piadinha. Até um dia eu deixar bem claro que eu namorava, e eu sou bem sistemática mesmo e que, não ia adiantar nenhum um tipo de piada. Ai a pessoa percebeu e ficou mais na dela... (Maria) (FD1)

As cantadas, as piadinhas, o que perpassa por trás das piadinhas, essas coisas, eu acho que é mais comum assim. Ou alguém pega e te fala assim, você esta mais bonita hoje, ta gostosa. Ou como é que você vai sair com essa roupa, umas coisas nesse sentido assim. Ou já chega te abraçando e pega assim na cintura, e ai você já abraça assim, um abraço assim e um tipo assim e o outro já empurrando[entrevistada faz com a mão como se estivesse empurrando a pessoa] quando você não quer ser deselegante demais, [...] (Sofia) (FD2)

Teve um professor na minha sala uma vez que fez uma piada, ‘olha, passou uma menina para o doutorado em Finanças. Quem sabe assim a gente não arruma uma doutora em finanças finalmente? Isso me fez muito questionar sabe? Será que são as mulheres que não são capazes de chegar a ser doutoras em finanças ou aquele ambiente é inacessível, sabe? Expele as mulheres [...]. Pra mim academia é um lugar para mudar esses aspectos, a gente esta ali para produzir conhecimento, produzir mudanças e a gente não consegue. A academia só reproduz. (Julia) (FD3)

Nem a academia, nem a universidade e nenhuma organização acontece no vácuo, a gente tá sempre inserido. E se a gente tá inserido no contexto machista, a gente percebe isso. [...] Então tem vários momentos que existe um reforço dessa condição desigual, [...] como se existisse uma tentativa de mostrar que aquele ali não é seu lugar. Acho que às vezes via piadinha, alguém faz uma piada de mau gosto que envolva gênero, às vezes isso acontece com demonstrações de falsos cavalheirismos (Beatriz) (FD4)

Ademais, tive sempre que ouvir piadinhas do tipo: Ah, mas você é linda, ninguém vai desrespeitá-la em sala de aula. Nossa, mas com uma chefe dessa, eu venho trabalhar todos os dias feliz e a obedecerei sempre. Mas, o caso mais incômodo, foi com um decano da instituição, com o qual tive que me relacionar no Conselho Universitário e em reuniões, estando ambos como chefes departamentais. Ele sempre era sarcástico, irônico e falava da minha beleza para tentar obter aprovações de pedidos de seu curso, ou para impor alguma negociação em comissões [...], ou mesmo para falar para todos ao redor que eu era a mais bonita do ambiente. (Ana) (FD5) (assédio de pares – colegas de trabalho para Ana, do lugar de chefe de departamento).

Você ta numa banca, por exemplo, tem três mulheres, um homem, e o homem se sente no direito de fazer a piadinha do primeiro as damas. Então, é uma forma de tentar demarcar que ali é um espaço masculino que as mulheres são o exótico, ou seja, elas não são pertencentes àquele lugar, ainda que elas sejam maioria na banca. (Beatriz) (FD6)

Os FD’s constroem percursos semânticos de pervasividade da objetificação da mulher, aquela que, como disse nossa depoente para o prólogo, será “*vista*”. Há, como condições sociais de produção discursivas, performatividades de gênero (BUTLER, 1990) que colocam a mulher no papel da que recepciona práticas de assédio que são silenciadas como violência. São aquelas práticas que dizem respeito ao que Fitzgerald (1988) classifica como sendo primeiro nível de assédio, como observações e comportamentos sexistas: “*sempre jogava uma piadinha*” (FD1); “*as cantadas, [...] o que perpassa por trás das piadinhas [...] está mais bonita hoje, ta gostosa*” (FD2); “*demonstrações de falsos cavalheirismos*” (FD4). A ligação dos enunciados discursivos com essas condições sociais de produção estão, inclusive, explicitamente presentes no FD4, quando Beatriz afirma: “*nenhuma organização acontece no vácuo, a gente tá sempre inserido. E se a gente tá inserido no contexto machista, a gente percebe isso*”.

Há silêncios, nessas enunciações, a respeito das reações à prática sexista. Uma reação explícita está presente no FD1, em que Maria diz “*até um dia eu deixar bem claro que eu namorava*”. Sobre estratégias das mulheres mencionarem seus relacionamentos como defesa a um assédio, baseando-se num pensamento heteronormativo, Teixeira e Rampazo (2017) observam que recorrer à personagem masculina tende a ser uma estratégia, já que, assim como o assédio cotidiano é pervasivo, o maior respeito ao masculino também o é.

Se, além de serem vistas, “*nós mulheres não somos ouvidas*” (Depoente 1 do Prólogo), o FD3 traz elementos, ao estruturar um percurso semântico de que mulheres são escassas na área de Finanças (léxicos “*arruma uma doutora em finanças finalmente?*”; que se referem a um contexto em que as mulheres não estão presentes igualmente em determinados campos de conhecimento estereotipados como masculinos

e, não sem coincidência, que conferem legitimidade e poder nas esferas sociais. A enunciatória percebe como piada a afirmação do professor porque se liga a discursos não hegemônicos na sociedade que trabalham numa linha de desconstrução de relações de poder naturalizadas que afetam a mulher.

Fitzgerald (1988), como vimos, fala a respeito de comportamentos inapropriados, sedutores e ofensivos como parte dos casos de assédio sexual. No FD7, Ana traz uma narrativa do lugar de fala de chefe de departamento, sendo que as personagens que fazem parte de seu enunciado são seus próprios pares, outros professores. Os léxicos reproduzidos a partir de sua memória sobre um dos enunciados que ouviu “*ah, mas você é linda, ninguém vai desrespeitá-la em sala de aula*” nos leva, novamente, à estruturação de um percurso semântico de objetificação da mulher. Novamente, aquela que é vista, não necessariamente ouvida. Pois um implícito subentendido é o de que suas qualificações e performances como professora não seriam primordialmente critérios definidores do respeito que uma mulher em sala de aula receberá, ou não. Um implícito pressuposto, por sua vez, é o de que o oposto de “*linda*” poderia implicar em desrespeito, classificando esteticamente corpos profissionais.

Nossos implícitos, aqui, se referem a micropráticas cotidianas de poder (CERTEAU, 1998) para as quais a ressalva de Creenshaw (1991) a respeito da abordagem foucaultiana de que o poder circula por todos os indivíduos (FOUCAULT 1992) precisa ser contextualmente considerada, no sentido de que tal circularidade seja afetada por pertencimentos que tornam desiguais tais exercícios circulantes de poder. Uma observação importante é que as enunciações discursivas que produziram os FD’s 1 a 6 se ligam de modo contrário a discursos hegemônicos da sociedade que banalizam as condições estruturais machistas, assim como nega processos em que discursos que constituem os sujeitos a partir de vinculações de sexos biológicos a identidades de gênero o façam a partir de performatividades que produzem desigualdades em condições de existência, e de vivência cotidiana de trabalho. Nesse sentido, falamos de mulheres que não estão alheias às relações de gênero como poderes circulando cotidianamente. No entanto, isso não as retira do lugar de objetos.

Eu escolhia as roupas que eu ia no dia que eu ia lá [reunião com o orientador de IC], eu adorava usar *legging*, tinha roupa que eu não usava todo dia. Porque era muito justa e muito colada, eu sempre tive quadril muito largo, assim. Eu não queria que isso virasse motivo, então eu acho que isso foi uma preocupação, porque na época a gente já ouvia casos de professores que assediavam as alunas. (Sofia) (FD7)

Como se observa, também, isso não as tira do lugar necessário de vigília contínua da própria performance de mulher que não incite as pulsões masculinas (CAULFIELD, 1985; JACKSON, 1987), não performando-se como uma tentação desviadora do caminho da razão e da moralidade (SEIDLER, 1987).

O que acontece nos bastidores, fica nos bastidores. E explícito!

Começamos este artigo com um prólogo em que duas professoras doutoras da área de Administração dão seus depoimentos a respeito de vivências que envolvem o espaço dos congressos acadêmicos, dizendo respeito a momentos cujas produções de sentidos foram de objetificação: da mulher que apresenta um artigo para ser ouvida, mas é vista (depoimento 1); e da mulher que tem medo da decorrência do ser vista no momento em que pretende ser ouvida (depoimento 2).

Noooooossa senhora [risos] é pra falar? É um assédio livre, desregrado, essa é verdade, principalmente no Enanpad, convenhamos. É um assedio livre e desregrado, é incrível isso, os professores.... A primeira vez que eu fui no Enanpad foi em 2011, eu fiquei assim, de cara, como que o comportamento dos professores lá é outro. É outro... inclusive a [nome] me salvou de um professor que se não fosse a [nome], e bêbado já, o professor... e olha que era o início de um evento que é o final lá do Enanpad. Se não fosse a [nome] que chegou assim e me resgatou. Porque o professor estava assim... professor que eu nunca vi na vida. E o engraçado que todos casados né? E achando que estava em uma festa com bebida liberada e podia falar e fazer o que quer. (Maria) (FD8)

Existe o submundo dos eventos que eu descobri depois na verdade, [...]. De pessoas que vão à caça nesses eventos. É uma coisa que eu não tinha noção, eu não sabia. (Julia) (FD9)

Teve outro caso que eu sofri também, lá na Anpad, de um professor meu, que a gente tava na piscina com os outros, com as outras pessoas, coisa e tal, e esse professor ficava me dando bebida, várias e várias bebidas e ficava me elogiando de forma estranha eu acho. Ele falava 'nossa, mas você fica tão bem de vermelho, esse vestido é tão bonito né, olha como fica bem'. E fazia alguns comentários assim, que eu ficava: 'gente, que descabido isso'. (Julia) (FD10)

Já me aconteceu algumas vezes de estar em congresso, você querer debater uma situação, até um aspecto acadêmico mesmo, as vezes nos pós eventos. Sei lá, você vai para um bar, lobby do hotel, alguma coisa assim, você quer discutir alguma coisa teórica de algum estudo, você gostou do trabalho que o cara fez, aí você foi falar com ele, aí entendeu aquela situação de uma maneira completamente sexual (Beatriz) (FD11)

Tanto que tem um lema: 'o que acontece no Enanpad, fica no Enanpad'. Você nunca ouviu esse lema? [Não] É, o que acontece no Enanpad fica no Enanpad. (Maria) (FD12)

O professor que eu conheci lá (Enanpad) que era amigo da minha orientadora... ele... eu estava voltando de uma festa, tinha um onibuzinho que passava nos hotéis [...] E o professor começou a me abraçar, ele... um... um professor rindo pro outro... aí ele falou assim... o que era amigo da minha orientadora, o mais amigo da minha orientadora... falou 'ah, eu acho que ela quer que você leve ela no quarto, vai levar ela no quarto, ela não tá muito bem para ir sozinha', algumas coisas assim. Eu empurrei o professor, saí andando e eles continuaram rindo. E isso me constrangeu muito, principalmente por ser um fato de ser uma pessoa conhecida. De ser um professor que conhecia minha orientadora, assim, a gente espera que no meio das pessoas que a gente tem convivência, que a gente trabalha, a gente estaria mais seguro, e eu não... eu fiquei um pouco chocada de não estar segura, nessa situação. (Julia) (F13)

Falamos, nos FD's 8 a 13, de casos de assédio explícitos (*"É um assédio livre, desregrado"*), mas que permanecem na esfera do não dito, barreira esta que objetivamos quebrar. O dito se restringe, neste caso, aos bastidores: *"tanto que tem um lema: 'o que acontece no Enanpad, fica no Enanpad'"* e aos FD's aqui colhidos. Nesses FD's, observamos a construção de um percurso semântico que atribui o corriqueiro para casos verbais de assédio nos eventos acadêmicos: práticas corriqueiras em eventos não corriqueiros, pois temporalmente localizados em um calendário anual ou bianual.

A perspectiva de Certeau (1998) nos mostra como o que é corriqueiro é considerado como sendo sem importância. Neste caso, aqui, inclusive, escrevemos como se já esperássemos reações dizendo que estamos vendo como problemáticas práticas que não seriam. Pois, além de estarmos falando de algo corriqueiro, falamos de gênero como dispositivo de poder (BUTLER, 1990) implicando em performances femininas direcionadas à aceitação do lugar de assediadas, como objetos que se querem desejanter a todo o momento (*"não fica emocionada, não. Eu estou apenas te acompanhando. Teu biótipo não faz meu estilo"*); como corpos que possam ser jocosamente invadidos sem permissão (*"e o professor começou a me abraçar, ele... um... um professor rindo pro outro"*).

Mas se, como diz Júlia, no FD13, *"a gente espera que no meio das pessoas que a gente tem convivência, que a gente trabalha, a gente estaria mais seguro"*, é necessário observar que pode ser também cotidiana a sensação de que se poderia ficar à vontade em espaços em que se está entre os seus. Porém, a vulnerabilidade socialmente construída para o corpo feminino é algo que precisa ser dito. Pois, assim como Júlia falou do caso de avanço sexual (FITZGERALD, 1988) ocorrido enquanto estava no *"onibuzinho"* de volta ao hotel, ocorrido em evento de 2016, temos, em Teixeira e

Rampazo (2017), o relato, no prólogo, do temor de uma mulher ao estar no trajeto entre um hotel e outro no local em que fora realizado o mesmo evento mencionado por Júlia.

Nesse sentido, falamos de vulnerabilidades pervasivas que se tornam violências de várias ordens, como a psicológica. Como afirmam Fitzgerald, Swan e Magley (1997), os assédios sexuais são experienciados por meio de percepções estressantes individuais. Assim, espaços produzidos *a priori* para o compartilhamento de produção acadêmicas (“*you want to discuss some theoretical work from your study, you enjoyed the work that you did, so you went to talk to him [...]*”) podem se tornar lócus de temores femininos que poderiam ser evitados (“*he understood that situation in a completely sexual way*”; “*submundo*”, “*if it weren't for, a [nome] who came and rescued me*”).

No nosso contato era muito profissional. Como eu gostava de trabalhar à noite, pois era mais tranquilo, ele um dia apareceu na sala e fizemos uma breve reunião sobre o andamento da pesquisa. Terminada a conversa, nos levantamos e ele do nada veio tentando me beijar. Eu fiquei em choque e ele já começou a se desculpar. Dizia que eu era uma mulher linda e admirável e ele estava atraído por mim. Eu tremendo de medo, ou de susto, não sei, apenas disse poucas palavras, dando a entender que ele estava muito enganado e que isso estava fora de cogitação. Ele me pediu desculpas, mais uma vez, eu saí dali e nunca mais tocamos no assunto. [...] Durante o período restante de orientação, ele manteve-se respeitoso (Ana) (FD14).

Partindo agora para espaços, de fato, cotidianos, o FD14 traz um relato explícito de avanço sexual (FITZGERALD, 1988) do professor e orientador de Ana: “*ele do nada veio tentando me beijar*”. Os léxicos “*do nada*” revelam a descontextualização da prática do professor num contexto significado como de um contato “*muito profissional*” e de “*breve reunião sobre o andamento da pesquisa*”. A beleza entra como uma das justificativas para o assédio, reforçando a violência de gênero produzida na sociedade (HEISE, 1994). Prática explícita, mas não institucionalmente dita, pois se refere a relações de poder.

Encerraremos este tópico com o FD15, que será apresentada a seguir. Pois ela traz, de modo bastante detalhado, um caso de assédio sexual explícito, que envolve contato corporal não consentido, repetido, contextualizado numa relação de poder entre professor e aluna. Ainda que não apresentemos, posteriormente, uma análise específica deste FD, como seria indicado num trabalho com abordagem teórico metodológica da AFD, consideramos que muitas das análises aqui feitas suportam sua discussão. No entanto, por limites de espaço, priorizamos mostrá-la em maior tamanho, a fim de dar, de fato, voz à mulher que, corajosamente, quis dividir conosco sua experiência.

[...] Era o meu primeiro contato com a pós-graduação e era uma semana antes de começar as aulas. [...] então era tudo muito novo pra mim. [...] Aquele curso ali tava sendo a porta de entrada pra o mestrado [...] E aí, durante esse mini curso, durante esse dia especificamente, eu percebi que o professor... ele olhava muito pra mim. E ele olhava muito em direção aos meus seios. [...] mas assim né, dei uma de doida né, fiz de lesa e tal assim e que não tava entendendo, e continuei a aula. [...] e aí a aula acabou e eu lembro da gente tá saindo da sala de aula e...[...] e o professor veio é, e colocou o braço assim nas minhas... nos meus ombros, sabe? E a mão foi em direção aos meus seios assim. E naquela hora, eu pensei assim ‘meu Deus, que é que tá acontecendo? Eu tô louca? Isso é verdade, assim?’ E eu lembro de ter olhado pra mão dele né, olhei pros meus seios e aí ele percebeu, tirou a mão. E aquilo assim, me travou de um jeito que eu falei ‘gente eu tô louca? Eu tô. Foi loucura minha perceber isso. Não era a intenção dele’. Enfim, eu fiquei nessa paranoia de achar que eu que tava vendo coisa onde não é e tal. [...] Esse primeiro episódio foi chocante pra mim. Mas eu mais me culpei, eu mais achei que tava vendo coisa do que eu achei que fosse um assédio, [...] aí passou. Teve outro momento desse na semana, com este professor em sala de aula, e novamente ele permaneceu olhando pros meus seios, e aí no momento da aula em que a gente ia tirar uma dúvida [...] e aí ele veio, se aproximou, e novamente passou o braço no meu ombro e colocou a mão no meu seio. E aí foi quando assim, foi coisa de segundo, assim. [Isso foi

dentro da sala?] Sim. [...] e logo depois ele tirou a mão e tal, e eu fiquei travada porque eu tava em sala de aula com mais outros tantos alunos né, eram pessoas que tavam iniciando o mestrado, aí tinham mestrandos e doutorandos em sala. Ele era um professor que eu nunca tinha tido contato até então [...] ele me travou e eu não conseguí [...] render curso né [...]. Inclusive sabendo logo depois que ele daria uma disciplina obrigatória pro mestrado [...] e aí [...] 'não vou criar caso e nem nada porque ele vai ser meu professor durante um semestre, eu vou ter que aguentar isso'. [...] Então, quando começou as aulas, eu já fui com aquela é... eu já fui com aquele sentimento, sabe? [...] Aquele ranço dele, e eu deixava isso muito entendido, em sala, pros meus colegas, e eu acho que até pra ele também. [...] ele fava mesmo era de assuntos sexuais [...] Assim, eu não tinha noção. Eu falei assim 'meu Deus! Eu não acredito que em vez de tá estudando tantas outras coisas importantes que tem pra estudar, eu to ouvindo esse cara falar isso'. É, além disso né, [...] ele adorava falar palavrão em sala de aula, era muito palavrão, [...] eram palavrões que assim, levavam pro sentido sexuado mesmo. [...] Então eu fazia de tudo pra ler todos os textos pra aula dele, fazia de tudo pra participar muito da aula dele porque eu detestava quando ele falava sobre isso, então é, eu era até a chata que diz assim 'ah, professor, vamo pra esse assunto [...]'. E aí a minha turma foi percebendo essa minha posição em relação a ele. Ele era aquele cara também que chegava em sala de aula, ele insinuava pras alunas, ele sentava de um jeito sedutor, sabe? Nossa, foi muito pesado [...] Ai Jesus, foi terrível. E aí eu acabei [...] comentando com algumas pessoas, com algumas amigas minhas. Uma delas, inclusive, acabou me relatando que também já tinha sido assediada por ele. [...] e com uma outra colega que eu também comentei, ela até falou assim 'Fulana, mas com você? Como é que você deixa? Como é que cê não falou nada e tal?'. Aí eu até falei assim 'Olha, realmente, eu também me pergunto como é que isso pode tá acontecendo comigo, porque eu não sou dessas de ficar calada'. Mas é algo tão surreal, é algo que você não espera no momento, que acaba, meio que acabou me silenciando, assim. E foi terrível porque eu me silencieí, [...] eu não abri a boca por um bom tempo, mas assim é, eu demonstrava de outras formas, sabe? Eu demonstrava de uma forma arredia em sala de aula com ele. [...] eu pensei em [...] dizer pra ele [orientador] quê que tava acontecendo, porque eu não tinha ânimo nenhum pra ir pra essa aula [...] só que eu percebia que meu orientador era muito amigo dele [...] e como eu tava iniciando o processo do mestrado e não conhecia ninguém ali, eu pensei assim 'quem vai acreditar em mim se eu contar um trem desse né? Quem vai acreditar em mim? [...]'. E fora que eu poderia novamente tá nessa posição de eu ser novamente a fraca e ele usar de poder que ele detinha pra fazer alguma coisa e eu me calei.

Passado algum tempo é, essa minha colega que eu acabei comentando com ela, [...] ela também foi assediada por ele. [...] Tudo em sala de aula, e aí ela me contou. Aí eu falei assim 'uai, cê não falou nada?'. Aí ela 'pois é, a mesma postura que você'. A gente acha que vai falar, mas quando acontece, acontece tão rápido [...] é tão louco que você acaba se calando. E aí ele não parou por aí. Lembro que... no final de uma aula dele, [...] eu fiquei no corredor esperando meus colegas e o corredor era largo, então dava pra outra pessoa passar sem encostar em mim [...] E de repente lá vem esse professor [...] ele passa encostando em mim, [audaciosamente] passou a mão no meu rosto e desceu a mão e acariciou o meu seio. E foi, tipo assim, questão de segundo, sabe? [...] passou, foi embora. E eu fiquei assim paralisada nesse corredor, tipo assim, 'eu não acredito que ele fez isso'. [...] foi embora rapidamente sem me deixar falar nada, fazer nada. [...] Quando caiu a ficha, assim, eu olhei pro lado, e tava um colega meu de sala, e aí ele olhou e perguntou 'o que foi isso?'. Eu falei 'não sei, o que foi? O quê que cê acha?'. Ele 'Não, eu vi'. Aí eu falei assim 'cê viu o quê? Porque me diz, porque eu... eu to atordoada, nem sei o que foi que realmente aconteceu'. Ele 'não, eu vi ele lhe acariciando'. E eu fiquei 'nossa, meu Deus do céu, não to doida', sabe? 'Não to doida, ta realmente acontecendo'. E eu não sei o que fazer [...]. Mas novamente eu me silencieí. E aí é, os meus colegas de turma foram tomando conhecimento porque, como esse viu, acabou falando pros demais, e alguns vieram me perguntar, [...] e acabou que a turma toda acabou sabendo do assédio que esse professor tinha feito comigo e com minhas outras colegas né, e também como era o comportamento em sala de aula, e tudo. [...] E, algo conversado entre eu e essas minhas outras [...] colegas era que a gente ia denunciar [...] E eu falei que não, que eu não ia, que eu não ia denunciar, que ia ficar, que eu não ia falar. Mas eu fiquei sabendo logo depois, porque eu fui uma das que foi convocada pela coordenação do curso pra uma reunião, e eu fiquei sabendo que algumas pessoas da minha turma denunciaram ele. [...] E aí, eu e as outras duas colegas, nós escancaramos a situação e falamos em relação a tudo o que tinha acontecido. Foi nos dada pela coordenação [...] algumas posições que a gente poderia tomar com relação a isso. E aí, se a gente ia querer levar adiante ou não. E, se caso, decidíssemos levar adiante, a coordenação iria nos apoiar e dar as referidas orientações. Até nesse momento, eu achei melhor [...] não levar adiante. [...] Vieram tentar me convencer a fazer isso. Também porque é um professor recente, em início de carreira e isso podia acabar com a carreira dele. Ele namorava, era noivo, alguma coisa assim, isso também ia acabar com o relacionamento dele e tal. Mas o engraçado é que ninguém pensou em como que eu tava acabada. [...] éramos da mesma linha de pesquisa e que mais a frente, de um jeito ou outro, ia acabar me batendo com ele. [...] A coordenação, após a nossa

conversa [...] achou melhor conversar com ele e ele não daria mais a disciplina obrigatória pros mestrandos, conversaram com ele e tal e aquilo pra mim, no momento, me bastou, principalmente porque eu sabia que eu não ia ter mais contato com ele, ele não ia ser mais meu professor. [...] Mas, claro, acabávamos nos encontrando nos [...] corredores, e algumas palestras, algumas bancas né, então acabava encontrando. Em congressos, também, em congresso que eu vi que ele tinha toda uma postura ética, sabe? Um pesquisador e professor [massa], entende? E eu ‘meu Deus, [...] tem tanta gente que nem sabe o quê que esse cara é, de tão podre que ele é’. E pra você ter noção do quanto que ele [...] sabia que eu era arredia, assim, com ele e tal, [...] é que eu passei na disciplina dele com a menor nota da turma. [...] Mas foi a nota mais baixa porque assim, eu sempre eu li todos os textos, fiz todas as resenhas, fiz até a mais, sabe? Porque, já que eu não gostava dele, eu fazia até mais. Só que ele ainda usou a força dele né? Do lugar de poder dele pra tentar me atingir de alguma forma. E a coordenação foi conversar com ele acho que caiu a ficha né? Pra ele, pelo menos foi isso que me falaram, que pra ele é algo muito naturalizado, falar de bunda, falar de peito, e [...] que de onde ele vem, que era muito normal falar palavrão em sala de aula [...] então ele acreditou que houve uma malícia nossa, né? Que ele não teve a intenção, que foi uma malícia nossa. Malícia que aconteceu mais de uma vez, repetidamente, assim. E mais, com mais de uma pessoa. Então, [...] imagina o que ele faz com as alunas da graduação, sabe? [...] porque ele é novo, bonito, e aí acaba causando impacto né? E acaba se aproveitando disso aí. [...] Eu decidi não permanecer neste programa de pós-graduação. Após o fim do meu mestrado, também motivada por outras coisas, mas bem ciente de que eu não queria mais ter aula com ele, eu sabia que se eu permanecesse naquele programa, eu ia acabar em algum momento tendo novamente contato com ele [...]

Isso me machuca ainda muito [...] aí eu vou ser bem sincera e vou falar por que eu quis dar essa entrevista. [...]. É preciso ser falado, sabe? Porque ele continua assediando [...] outras pessoas, que inclusive continuam silenciadas. Também é importante falar, não como forma de vingança, de jeito nenhum, porque se isso tivesse que ter acontecido, teria que ter sido lá atrás. Mas é uma forma dele saber. Porque [...] há uma possibilidade muito grande de que ele fique sabendo desse artigo, talvez ele até lê. Porque ele também é da área e tal, então, [...] é uma forma [...] dele saber que eu não me calei, [...] porque ele continua né, [...] e eu continuo aqui machucada e [...] cheia de ressentimento, ainda, sabe? [...] É tanto, que eu trago isso pra vida, assim. [...] Depois dele, eu me policio muito com a roupa que eu uso pra tá em ambientes acadêmicos né, pra ir assistir aula, eu não tenho muito contato de professor nenhum, de ninguém, com medo, sabe? Que venha a se repetir. Então, assim, [...] decidi fazer o mínimo que eu consigo fazer, que é falar e trazer isso à tona né, pra área, inclusive. [...]

Eu permaneci calada muito por aquela questão de quem é fraca no momento, sabe? Em algum momento, eu ia me encontrar com ele num concurso, numa banca, no que fosse, sabe? Eu ia me deparar com ele. E motivada também, não só por isso, tantas outras pessoas que vieram falar comigo, que veio assim ‘que isso não ia mudar quase nada na vida dele’, sabe? Que ele ia continuar aí sendo professor e tal, e que isso ia acabar sendo ruim pra mim né, se eu fosse até o fim [...] (Cecília) (FD15).

Instituições e seu papel nos ditos e não ditos

Teixeira e Rampazo (2017) levantaram a necessidade de que este assunto fosse institucionalmente debatido. O FD15, bem como os outros vários relatos aqui presentes, demonstram o quanto as experiências de assédio são sexistamente perversas, na medida em que impõem, para as mulheres, vivências de dor que são, no entanto, silenciadas. Vivências de incerteza inclusive sobre a própria sanidade (“*eu to louca? Isso é verdade, assim?*”) e, por esse motivo, psicologicamente violentas, quando não violentas de outras formas. O fato de Cecília, no FD15, ter depositado explicitamente a confiança em nosso artigo de que ele fosse o caminho pra que ela não se calasse a respeito de experiências repetidas de assédio explícito, já que não o fez institucionalmente por receio, estando vinculada a uma relação de poder que, em muitos casos, transcendem o vínculo com o programa (“*Em algum momento, eu ia me encontrar com ele num concurso, numa banca, no que fosse, sabe? Eu ia me deparar com ele*”); e por ter sido desencorajada a fazê-lo (“*Vieram tentar me convencer [...] Também porque [...] isso podia acabar com a carreira dele. Ele namorava, era noivo, alguma coisa assim, isso também ia acabar*”).

com o relacionamento dele e tal. Mas o engraçado é que ninguém pensou em como que eu tava acabada”), é bastante denotativo do quanto o assunto precisa estar na pauta das universidades e dos espaços organizativos em geral, mas, aqui, específica e politicamente, nos programas de pós-graduação e, também, nas organizações e instituições promotoras dos eventos acadêmicos.

[...] tinha um professor também na graduação que assediava todas as meninas, ao ponto dele ir para a ouvidoria. Problema que não acontece nada né? Chega lá na ouvidoria, e ‘ah isso não é nada’, ‘ela não tem prova’, ‘ah eu não falei nesse tom’, e fica por isso mesmo. (Maria) (FD16)

[...] O expoente comum entre as reclamações é que as universidades não fazem nada. Acho que a gente fica de mão atadas. [...] Os alunos têm muito medo de denunciar, porque primeiro não dá em nada, historicamente não dá em nada. Não só o assédio sexual mas, de forma geral, todo mundo acha que vai sofrer represálias dos professores. Não denuncia nenhum tipo de assédio. (Julia) (FD17)

Eu vejo, eu acho que tem muita, eu fico me colocando assim, poxa, se eu sou coordenadora de um programa, ou não sei... eu como chefe de departamento de curso de graduação, eu, particularmente não saberia por onde começar em termos de medida do tipo, criar uma resolução, criar procedimentos burocráticos pra fazer esse tipo de controle. Eu acho que não funciona esse tipo de situação. Eu acho que talvez o que a gente possa tentar trabalhar nesse sentido é conscientização, problematização, discussão e eu acho que as professoras têm um papel muito importante aí. Porque são pessoas que passaram por situações do tipo, eu acho que tentar intervir quando ver uma situação do tipo, não criar um ambiente, e os professores também, sem dúvida, da debater mais isso, talvez, falar mais sobre isso. (Beatriz) (FD18)

Uma campanha de conscientização das pessoas porque muita gente sofre assédio, às vezes a pessoa que tá exercendo, que está praticando o assédio, não tem conhecimento que aquilo que ele está fazendo é assédio. Eu vejo, pela minha pesquisa, a gente vê que o assédio é transgeracional, vem de uma geração, a pessoa sofre assédio e depois que ela vira, por exemplo, orientador, ela vai fazer o mesmo assédio com um aluno dele. É um assédio que se propaga entre gerações. Não é um assédio que nasce do nada, é institucional, o assédio é institucionalizado. (Júlia) (FD19)

Enunciados discursivos que sugerem, explícita ou implicitamente, a necessidade de ações efetivas das instituições após a ocorrência de denúncias (“ao ponto dele ir pra ouvidoria. Problema que não acontece nada né?”; “o expoente comum entre as reclamações é que as universidades não fazem nada [...] historicamente não dá em nada”) são confrontadas com reflexões acerca das dificuldades de sua operacionalização (“não saberia por onde começar em termos de medida do tipo, criar uma resolução, criar procedimentos burocráticos pra fazer esse tipo de controle”), fazendo com que saídas comumente sinalizadas sejam campanhas de conscientização (FD’s 18 e 19).

A falta de discussão sobre o próprio tema, sendo esta, como argumenta Júlia, uma prática “transgeracional”, ao criar o percurso semântico de que é “é um assédio que se propaga entre gerações” e que é “institucionalizado” (o que reforça a importância de campanhas de conscientização direcionadas às masculinidades hegemônicas apontadas em FD18 e FD19, no sentido de reconhecimento do assediador de que sua prática é um assédio), dificulta o encontro de soluções mais efetivas, como se pode observar nas incertezas manifestas por Beatriz, em FD18. Fosse este um tema mais debatido, as possíveis saídas já poderiam ser, pois, institucionalizadas. No entanto, falamos de sujeitos cujos corpos foram construídos como lugares de violências (SOIHET, 2002).

[...] Pra mim foi muito importante que a coordenação do meu programa de pós-graduação, foi muito importante que ela... que ela conversasse comigo e que [posicionasse] ciente do que vinha acontecendo. [...] mas foi muito pouco, porque logo depois ele voltou a lecionar na pós-graduação e pra alunos também que tavam iniciando o Mestrado, tinham chegado num mundo novo né? Então, eu acho que... que além de posicionar e além de ter uma conversa e uma conversa séria com essas pessoas né, com esses assediadores, deve ter alguma punição, sabe? No mínimo, alguma punição. É... de retirada dessas pessoas do programa, ou de uma abstinência de sala de aula, sabe? É... mas eu acredito que deva se fazer alguma coisa, sabe? Pra que a pessoa no mínimo repense sobre... sobre essas ações e reveja é... a sua postura em sala de aula e com os alunos. [...] Tem que haver uma cultura disso. [...] Como é que vai fazer isso? Vai haver uma punição em que as pessoas vão ter que deixar de frequentar esse ambiente [falando, agora, de associações promotoras de eventos]? Porque, em algum momento, se ela não for punida, quem vai deixar de frequentar são as pessoas que sofrem o assédio né? Então, assim, é... tem que haver uma... tem que haver uma postura assim, um posicionamento é... dessas pessoas que tã a frente dessas associações aí da pós. (Cecília) (FD20)

O enunciado de Cecília, em FD20, traz um percurso semântico de preocupação a respeito da continuidade da convivência dos assediadores com os alunos, uma vez que, como corpos institucionalizados, eles se veem na obrigatoriedade da convivência. Sua experiência de assédio ocorrida logo em sua porta de entrada ao Mestrado, num mini curso prévio às disciplinas; e em uma disciplina obrigatória no primeiro semestre de curso, fez com que ela considerasse problemática a continuidade deste assediador no mesmo lugar obrigatório de recepção de demais alunos. Nesse sentido, falamos de posturas que possam conjugar conversas, mencionadas por Cecília (que enfatiza o aspecto positivo de ter tido um apoio inicial da coordenação que, em FD15, foi caracterizado como “e, se caso, decidíssemos levar adiante, a coordenação iria nos apoiar e das as referidas orientações”), mas também sanções que desestimulem novos assédios (em FD20, “mas foi muito pouco”).

Considerações não finais, por que não só acadêmicas, mas clamantes de práticas políticas

Vai chegar uma hora em que a gente vai escolher não estar, sabe? [...] é o que aconteceu comigo, quando eu vejo que ele vai tá, até em alguma sessão, em alguma banca, [...] que eu não vou (Cecília) (FD21).

O objetivo deste artigo foi analisar as características e condições sociais de produção de casos de assédio sexual ocorridos no contexto acadêmico brasileiro de Administração e suas vinculações a gênero como dispositivo socialmente construído de poder que tende a assujeitar corpos femininos. Suas características são de casos corriqueiros, cotidianos, mas tratados de modo naturalizado; sendo silenciados nas esferas institucionais ou, quando não silenciados, sem a devida tipificação como violência. Suas condições sociais de produção se referem, entre outros aspectos, a uma banalização de como, historicamente, as construções de gênero impuseram lugares de violência sexual para as mulheres; e lugares de assediadores para homens que estariam, supostamente, apenas atendendo a seus instintos como machos. Comentários constrangedores são tipificados como brincadeiras, e avanços sexuais praticados de modo a naturalizar a objetificação.

Deixamos como sugestão para futuros estudos a ampliação de coletas e produções de dados a respeito do assunto, ouvindo não somente os estudantes e professores do campo, como também os representantes das organizações e instituições acadêmicas, de modo, inclusive, a se buscar interdisciplinaridades desta discussão com outros campos de conhecimento, como o do Direito, fornecendo respaldos de informações para modos legais de enfrentamento de práticas de assédio. No entanto,

como os mecanismos legislativos estão longe de serem os principais definidores de comportamentos sociais, entendemos que discussões que visem à mudança de imaginários sociais, e que encarem abertamente este tema, são urgentes. Nesse sentido, nossas sugestões extrapolam a esfera acadêmica, embora a ela se credite significativa importância para a discussão. Foi comum, por exemplo, que nossas entrevistadas mencionassem artigo anteriormente publicado sobre o assunto como motivadores de seus depoimentos. Falar, neste contexto, é não se deixar calar. No entanto, a importância vai além do não se calar, pois se inscreve nas expectativas em torno do resultado do falar. Por isso, nossa discussão intenciona mudanças não só individuais, mas, também, institucionais.

Referencias

- ADÁN, C. **Feminismo y conocimiento**: de la experiencia de las mujeres al ciborg. A Coruña: Spiralia, 2006.
- AMIGOT, P. **Relaciones de poder, espacio subjetivo y prácticas de libertad**. 541 f. (Tese de Doutorado)-Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2005.
- BIRKE, L. **Feminism and Biology**. London: Wheatsheaf Books, 1986.
- BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, 2006.
- BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1990.
- CAULFIELD, M. Sexuality in human evolution: What is 'natural' in sex? **Feminist Studies**, v.11, p.343-363, 1985.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Califórnia, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.
- FARIA, A. A. M. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI et. al. (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 45-52.
- FITZGERALD, L. F. *et. al.* The incidence of sexual harassment in academia and the work place. **Journal of Vocational Behavior**, p.152-175, 1988.
- FITZGERALD, L. F.; SWAN, S.; MAGLEY, V. J. But was it really sexual harassment? Legal, behavioral, and psychological definitions of the workplace victimization of women. In: O'DONOHUE, W. (Org.). **Sexual harassment**: theory research, and treatment. Needham Heights: Allyn & Bacon, 1997, p. 5-28.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295p.
- FREITAS, M. E. de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE**, v.41, n.2, p.8-19, Abr./Jun. 2001.
- HEISE, L. Violence against women: the hidden health burden. **World Bank Discussion Papers 255**, Washington, D.C.: World Bank, 1994.
- HEKMAN, S. J. Feminist identity politics: Transforming the political. In: TAYLOR, D.; VINTGES, K. (Orgs.), **Feminism and the final Foucault**. Chicago: University of Illinois Press, 2004, p. 197-213.

- HELOANI, R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-Eletrônica**, v.v.3, n.1, Art.10, p.1-8, Jan./Jun. 2004.
- JACKSON, M. 'Facts of life' or the eroticization of women's oppression? Sexology and the social construction of heterosexuality. In:CAPLAN, P. (Org.).**The cultural construction of sexuality**. London/New York: Routledge, 1987, p. 52-81.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia:o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, nº 21. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 150- 182.
- NUNES, T. S.;TOLVO, S da R. O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**,v.17,n.41,p.21-36, Abr.2015.
- OLETO, A *et. al.* O assédio vai acontecer, mas o que você pode fazer pra se prevenir?: um estudo sobre a (in)visibilidade e as consequências do assédio sexual para jovens trabalhadores.In:XLI EnANPAD 2017, **Anais...** RJ: ANPAD, 2017.
- OLETO, A. *et. al.* Assédio sexual contra jovens trabalhadores: um estudo sobre a (in)visibilidade e as consequências deste fenômeno. In: XX SemeAd, FEA/USP, 2017, São Paulo/SP. **Anais...** 2017.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**.Campinas: Pontes, 1999.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**.Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1993
- SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado)–UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- SEIDLER, V. Reason, desire, and male sexuality. In: CAPLAN, P. (Org.). **The cultural construction of sexuality**.London/New York: Routledge,1987.p. 82-112.
- SOIHET, R. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**. São Paulo, v. 25, dez. 2002, p. 269-289.
- TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. da S. Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: não dito por que não vivenciado? **Farol–Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.4,n.11, p.1151-1235, 2017.
- VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction**. London: Sage,. p. 1-37, 1997.
- YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and feminist politics. **European Journal of Women's Studies**, Londres, v. 13, n. 3, p. 2006.